

#QUEMANDOUMATARMARIELLE: A MOBILIZAÇÃO ONLINE UM ANO APÓS O ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO

#QUEMANDOUMATARMARIELLE: The Online Mobilization a year after the murder of Marielle Franco

#QUEM MANDOUMATARMARIELLE: Movilización en Línea un Año después del asesinato de Marielle Franco

_TAÍS SILVA OLIVEIRA
_DULCILEI DA CONCEIÇÃO LIMA
_CLAUDIO LUIS DE CAMARGO PENTEADO

SOBRE OS AUTORES >

Foto: Alma Preta

TAÍS SILVA OLIVEIRA >

Mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Pesquisadora membra do NEAB/UFABC (Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros).

DULCILEI DA CONCEIÇÃO LIMA >

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas no Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP.

CLAUDIO LUIS DE CAMARGO PENTEADO >

Doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Pesquisador do LabLivre/UFABC e do NEAMP/PUCSP

RESUMO > RESUMEN > ABSTRACT >

O artigo apresenta o resultado do mapeamento de conversas e grupos no marco de um ano do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018. A metodologia utilizada foi a Análise de Redes Sociais na Internet a partir de publicações no Twitter com as hashtags #QuemMatouMarielle, #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente, #MarielleFrancoVive e #MarielleVive. Buscamos compreender quais as pautas levantadas pelos usuários e que grupos são identificados a partir da clusterização da rede. Quando Marielle foi morta, essas hashtags reuniram discussões, manifestações de condolência, cobrança por justiça e o assunto chegou a ocupar a primeira posição no Trending Topics Mundial do Twitter no dia 15 de março de 2018. Dias antes do marco de um ano da morte da vereadora surgiram nas redes sociais as primeiras mobilizações com a convocação de atos, homenagens, filtros nas fotos de perfil no Facebook, ações que cresceram com a notícia das prisões de dois suspeitos. Observamos nesse contexto a estrutura e os atributos relacionais de tais manifestações. Obtivemos como principais resultados uma rede extensa, descentralizada, com nós unilaterais e diversos clusters. Embora com nós pouco conectados, as conversas na rede se deram sob as mesmas pautas baseadas em uma única questão: quem mandou matar Marielle.

Palavras-chave: Marielle Franco. Redes Sociais na Internet. #QuemMandouMatarMarielle

Resumen: El artículo presenta el resultado del mapeo de conversaciones y grupos tras un año del asesinato de la concejal de la ciudad de Río de Janeiro, Marielle Franco, que tuvo lugar el 14 de marzo de 2018. La metodología utilizada fue el Análisis de redes sociales en Internet desde publicaciones de Twitter bajo los hashtags #QuemMatouMarielle, #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente, #MarielleFrancoVive y #MarielleVive. Buscamos comprender los temas planteados por los usuarios y qué grupos se identifican a partir de la agrupación de la red. Cuando Marielle fue asesinada, estos hashtags reunieron discusiones, expresiones de condolencia, demanda por justicia, y el tema llegó al número uno en los Trending topics Mundiales de Twitter el 15 de marzo de 2018. Días antes de cumplir un año del crimen, el nombre de la concejal surgió en las redes sociales en distintos llamados por movilizaciones, actos, homenajes, filtros en las fotos de perfil en Facebook, acciones que crecieron con la noticia de que dos sospechosos habían sido detenidos. Observamos en este contexto la estructura y los atributos relacionales de tales manifestaciones. Los principales resultados fueron una gran red descentralizada con nodos unilaterales y varios grupos. Aunque con nodos poco conectados, las conversaciones en la red se detuvieron en las mismas pautas y ocurrieron basadas en una sola pregunta: ¿Quién mandó matar a Marielle

Palavras-Chave: Marielle Franco. Redes Sociais na Internet. #QuemMandouMatarMarielle

Abstract: The article presents the result of the mapping of conversations and groups within a year of the murder of Rio de Janeiro city councilwoman Marielle Franco on March 14, 2018. The methodology used was the Social Network Analysis on the Internet from Twitter posts with hashtags #QuemMatouMarielle, #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente, #MarielleFrancovive and #MarielleVive. We seek to understand the guidelines raised by users and which groups are identified from the clustering of the network. When Marielle was killed, these hashtags brought together discussions, expressions of condolence, demand for justice, and the issue came to number one on Twitter's World Trending Topics on March 15, 2018. Days before the one-year milestone of Councilwoman emerged in social networks the first mobilizations with the summons of acts, tributes, filters in the profile photos on Facebook, actions that grew with the news of the arrests of two suspects. We observe in this context the structure and relational attributes of such manifestations. The main results were a large, decentralized network with unilateral nodes and several clusters. Although with little connected nodes, the conversations on the network took place under the same guidelines based on a single question: who had Marielle killed?

Keywords: Marielle Franco. Social Network in the Internet. #QuemMndouMatarMarielle.

#quemmandoumatarmarielle: a mobilização online um ano após o assassinato de Marielle Franco

Taís Silva Oliveira, Dulcilei da Conceição Lima, Claudio Luis de Camargo Penteadó

#QUEMANDOUMATARMARIELLE: A MOBILIZAÇÃO ONLINE UM ANO APÓS O ASSASSINATO DE MARIELLE FRANCO

INTRODUÇÃO

A morte brutal da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em uma emboscada após sair de um evento na Casa das Pretas, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro, no dia 14 de março de 2018, chocou a sociedade brasileira, e como todo importante acontecimento político e social contemporâneo despertou uma intensa discussão nas Redes Sociais de Internet (RSI).

A vereadora, filiada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), eleita com 46.502 votos, auto-identificada como mulher negra, bissexual e “cria da Maré”, foi eleita em 2016 impulsionada, em parte, pelo evento da “Primavera Feminista” de 2015², que levou às câmaras de quatro grandes capitais brasileiras mulheres feministas, cujas campanhas tiveram forte articulação com os ciberativismos (LIMA et al, 2018), e por sua atuação junto às comunidades carentes da capital carioca na defesa dos direitos humanos e das vítimas da violência.

Marielle, 39 anos, socióloga formada pela Pontifícia

¹“Primavera Feminista” foi como ficou conhecida a série de campanhas ocorrida nas redes sociais em 2015, influenciadas pela Marcha das Vadias de 2011, as Jornadas de Junho de 2013, os atos contra Eduardo Cunha e a Marcha Nacional das Mulheres Negras de 2015 (TADINI, 2016). Em resposta às manifestações de pedofilia no Twitter geradas a partir de um popular programa culinário de televisão que trazia competidores infantis, o coletivo feminista Think Olga desenvolveu a campanha #MeuPrimeiroAssédio iniciada no Twitter e disseminada também no Facebook. No mês seguinte, o coletivo feminista Não me Kahlo protagonizou uma nova campanha que se disseminou pelas redes sociais, a #meuamigosecreto. A hashtag foi criada em novembro de 2015 a partir da publicação de um microrrelato no Facebook do coletivo Não me Kahlo com o uso da expressão “meu amigo secreto” em referência à tradicional brincadeira de fim de ano. O objetivo era chamar atenção para o machismo cotidiano de pessoas próximas, milhares aderiram à campanha.

Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atuava na defesa da melhoria das condições de vida da população negra e periférica, no questionamento das ações do Estado quanto a escassez ou ineficiência das políticas públicas destinadas a essa população, bem como quanto aos excessos policiais nas comunidades cariocas, que têm como umas das consequências o extermínio da juventude negra²w. Conforme aponta Borges (2018), a criminalização de jovens negros e periféricos, associados ao tráfico de drogas, tem sido frequentemente utilizado como justificativa para as mortes violentas decorrentes de ações policiais nas favelas do Rio de Janeiro. A figura de Marielle Franco se insere na luta das mulheres negras contra o genocídio da população negra e do racismo que incide de forma violenta e excludente sobre a população negra.

Ex-assessora parlamentar de Marcelo Freixo (PSOL), na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), participou da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (da qual Freixo era o presidente), na Comissão de Defesa da Mulher e na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do tráfico de armas. Como vereadora, atuou como relatora da comissão especial que fiscalizava a ação da intervenção federal nas favelas (CARBONARI, 2018). Durante sua atuação na Comissão de Direitos Humanos na Alerj, Marielle Franco foi fundamental também no auxílio às famílias de policiais assassinados como testemunha o ex-comandante da Polícia Militar, Íbis Pereira: “Ela fazia essa ponte para que a comissão pudesse auxiliar as famílias. Um trabalho muito grande no amparo, procurando agilizar na recepção de proventos, benefícios ou aposentadoria”³.

O assassinato de Marielle Franco gerou grande comoção e mobilização. A partir das mídias sociais, foram organizadas manifestações que reuniram milhares de pessoas no Rio de Janeiro (Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), São Paulo (Museu de Arte de São Paulo, o MASP) e outras cidades brasileiras.⁴

De acordo com Bastos e Guerra (2018, p. 2), nas dezenove horas subseqüentes ao crime, “foram feitas 567,1 mil menções no Twitter” sobre o assassinato de Marielle Franco. A hashtag #mariellepresente chegou ao Trending Topics mundial do Twitter nesse mesmo período. A morte da parlamentar foi notícia em periódicos de vários países como The Guardian no Reino Unido, El País da Espanha, The New York Times e The Washington Post dos Estados Unidos, Le Figaro e Le Parisien da França, RaiNews da Itália, o Clarín da Argentina entre outros⁵.

2 O Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) define o perfil das vítimas majoritárias de morte violenta no Brasil como homem jovem, solteiro, negro, com até 7 anos de estudo. A mesma pesquisa ainda aponta o crescimento em 33,1% de homicídios de jovens negros. Esses dados revelam que “a morte letal de jovens negros não é causada apenas devido ao fato de serem na sua maioria pobres e viverem em situação de maior vulnerabilidade. Ela é atravessada fortemente pela raça” (GOMES; LABORNE, 2018).

3 Entrevista concedida a Gabriel Barreira para reportagem do G1 de 17 de março de 2018. “Mãe de policial assassinado relembra ajuda de Marielle Franco no caso: ‘Foi imbatível’”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/mae-de-policial-assassinado-relembra-ajuda-de-marielle-franco-no-caso-foi-imbavel.ghml>>. Acesso em: 24. mar. 2019

4 As notícias sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco. 15. mar. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/as-noticias-sobre-o-assassinato-da-vereadora-marielle-franco/>>. Acesso em: 12 mar. 2019. Ver em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/imprensa-internacional-repercute-morte-da-vereadora-do-psol-no-rio.shtml>>; e em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/midia-internacional-repercute-assassinato-de-marielle-destacando-sua-luta-politica>>. Acesso em: 7 maio 2020.

5 Ver em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/imprensa-internacional-repercute-morte-da-vereadora-do-psol-no-rio.shtml>>; e em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/midia-internacional-repercute-assassinato-de-marielle-destacando-sua-luta-politica>>. Acesso em: 7 mai de 2020

Órgãos internacionais que atuam com direitos humanos como a Organização das Nações Unidas (ONU), manifestaram condolências e repudiaram o crime.

Apesar de haver uma grande comoção com o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, grupos de direita, contrários à defesa dos direitos humanos e das minorias sociais, passaram a divulgar notícias falsas (fake news) em relação a atuação da vereadora carioca. Um estudo da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP)⁶ mostrou que a repercussão de uma notícia difamatória, relacionando Marielle Franco com o tráfico de drogas, rapidamente se viralizou nas redes sociais. O estudo mostra, ainda, a disputa narrativa que se estabeleceu entre os grupos de repúdio ao crime e de grupos que buscam desqualificar a vereadora.

A disputa discursiva em torno do assassinato de Marielle Franco também gerou repercussão nas eleições de 2018, como mostram os estudos de Almeida (2018) e Ituasú et al (2018w). Talvez o exemplo mais ilustrativo, seja o caso de Rodrigo Amorim, candidato a deputado estadual, pelo PSL, que durante a campanha destruiu uma placa feita em homenagem a Marielle Franco; Amorim foi o deputado com maior número de votos no estado do Rio de Janeiro⁷.

A falta de solução para o crime da vereadora e de Anderson Gomes, pelas autoridades policiais, ainda gera mobilização dos usuários em todas as partes do mundo para cobrar respostas do poder público sobre a autoria do crime e reforçar a narrativa de um legado de luta pelas mulheres, negros, lésbicas e grupos periféricos deixado pela socióloga.

Nesse contexto de disputa de narrativas em Redes Sociais de Internet, tão presente nas sociedades contemporâneas, cada vez mais caracterizadas por interações online, esse artigo apresenta um estudo, baseado nos estudos dos ciberativismos, com a finalidade de apresentar o mapeamento de grupos, no Twitter, que se estabeleceram em torno da defesa da elucidação do assassinato de Marielle Franco.

Para consecução do objetivo, foi utilizado a Análise de Redes Sociais na Internet, da plataforma Twitter a partir das publicações com as hashtags #QuemMatouMarielle, #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente, #MarielleFrancovive e #MarielleVive.

O artigo está organizado em seis seções. Após esta introdução, é apresentada a metodologia de Análise de Redes Sociais, dentro do escopo dos ciberativismos. Na seção seguinte, o artigo apresenta uma discussão sobre a presença de mulheres negra da política institucional. Em seguida, o artigo apresenta uma reflexão sobre ativismo online, principalmente a partir da identidade da mulher negra. Os resultados e análise dos dados sobre a mobilização em torno de Marielle Franco são apresentados na penúltima seção. E ao final apresentamos as considerações finais do estudo.

METODOLOGIA

6 Estudo disponível em: <<http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-567-mil-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

7 Informação disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/candidato-que-quebrou-placa-em-homenagem-a-marielle-e-o-mais-votado-para-alerj.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

A Análise de Redes Sociais (ARS) traz uma abordagem estrutural que tem como objetivo compreender aspectos de grupos sociais a partir de suas conexões e relações entre os atores das conversas estabelecidas, da influência na difusão de informações e das dinâmicas nos processos sociais. A Análise de Redes Sociais utiliza, portanto, dados relacionais como laços, contatos e conexões para focar nos atributos que os relacionam (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015).

Os elementos básicos da interpretação de dados da ARS é o estudo das interações entre nós e arestas. O primeiro refere-se ao ator, indivíduo ou coletivo, que na análise de redes sociais na internet é representado por nicknames, perfis, textos, entre outros. Já as arestas representam a conexão entre os atores, aqui neste artigo trata-se das interações realizadas no Twitter, como menções e retweets. Foram coletado dados de uma amostra de usuários que utilizaram as hashtags selecionadas (#QuemMatouMarielle, #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente, #MarielleFrancoVive e #MarielleVive), entre 12 de março de 2019 e 18 de março de 2019, período que marcou um ano do assassinato de Marielle Franco. Segue abaixo a descrição dos procedimentos realizados:

1. Definição de plataforma analisada.
2. Definição das hashtags para a base de coleta, sendo elas: #QuemMatouMarielle,
3. #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente, #MarielleFrancoVive #MarielleVive configuração da ferramenta Netlytic (GRUZD, 2016) com as definições de plataforma de coleta, aplicação das hashtags, tempo de atualização de coleta e dias de execução dos parâmetros.

MULHERES (NEGRAS) NA POLÍTICA

A participação política feminina sempre foi sub-representada no Brasil. Apesar de haver um aumento do número de mulheres eleitas na eleição de 2018 para a Câmara dos Deputados, o percentual passou de 10% para 15%, valor ainda bem abaixo da média Latino Americana que é de 28,8%. Sendo que a maioria da população brasileira é formada por mulheres, apenas 21% das cadeiras parlamentares nacionais são ocupadas por mulheres (MIGUEL, 2014; BIROLI, 2018). Miguel (2014, p. 94) aponta que são múltiplos os fatores que afastam as mulheres da política, em especial, a dupla jornada que as mantém como únicas responsáveis pelos afazeres domésticos e os filhos, mesmo quando possuem trabalho formal e são co-responsáveis pelo orçamento doméstico e “os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina” são alguns deles.

Apesar da adoção de cotas eleitorais, Lei das Eleições (nº 9.504/1997), voltadas para a correção da desigualdade de gênero nos quadros políticos, que estabeleceu a reserva de 30% das candidaturas dos partidos para as mulheres, Lima et al (2018, p. 7) afirmam:

A despeito da adoção de tais medidas, as mulheres que desejam se candidatar a um cargo político precisam superar obstáculos materiais, simbólicos e institucionais interpostos por

um ambiente maciçamente misógino e que perpetua “os circuitos de exclusão” ainda mais inóspitos para mulheres oriundas das camadas populares, negras, indígenas e LGBTQIs.

A lei das cotas é resultado da mobilização das feministas, que desde a redemocratização adotaram como uma pauta prioritária do movimento “o problema da sub-representação das mulheres nas esferas de exercício do poder” (MIGUEL, 2014, p. 94). A partir do entendimento de que também cabe ao Estado a adoção de práticas sociais, as ativistas exigiram que fossem criados mecanismos que oportunizassem o exercício dos direitos políticos das mulheres (BIROLI, 2018), dando destaque principalmente para as mulheres negras.

O feminismo negro se expande entre as décadas de 1980 e 1990, dando origem a coletivos de mulheres negras por todo o país. Por ocasião da participação brasileira na III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância e Intolerâncias Correlatas em Durban (África do Sul) em 2001 foram realizadas uma série de debates e reuniões preparatórias em todo o território nacional. As resoluções extraídas desses encontros foram levadas para Durban, a participação na conferência marcou a “maturidade e a força do movimento de mulheres negras brasileiras no âmbito internacional” (RIOS, 2017; BRAZIL; SCHUMAHER, 2007, p. 374). Como desdobramento da Conferência de Durban, Edna Rolland, feminista negra, tornou-se a primeira brasileira a ocupar o posto de relatora da ONU, possibilitando assim o “estreitamento das relações políticas entre atores da sociedade civil e agentes do governo brasileiro” (RIOS, 2017, p. 244). Resultam dessa aproximação a criação de políticas públicas para a população afrobrasileira como as ações afirmativas, a Lei 10.639/03⁸ e a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)⁹, que teve à sua frente as feministas negras Matilde Ribeiro, Luiza Bairros e Nilma Lino Gomes (RIOS, 2017; COSTA, 2017).

Os encontros preparatórios para Durban resultaram ainda na criação da Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), organização promotora da I Marcha Nacional das Mulheres Negras ocorrida em novembro de 2015.¹⁰

Apesar de toda essa articulação, a presença de mulheres negras na política brasileira é ainda mais tímida que a de mulheres brancas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras correspondem a menos de 1% dos parlamentares na Câmara dos Deputados (GANDRA, 2018). As barreiras de elegibilidade se impõem para as negras desde o momento do financiamento de campanha. As mulheres recebem menos apoio financeiro para suas campanhas eleitorais e dentre o conjunto de mulheres, as negras recebem valores ainda menores.¹¹

8 Lei nº 10.639/03 aponta a obrigatoriedade da inclusão do ensino de História e Cultura Afro-brasileira na educação básica.

9 A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003, resultado das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro, foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos em 2015.

10 Em 25 de julho de 2014, Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha, o Comitê organizador da Marcha das Mulheres Negras publicou um manifesto com suas principais reivindicações. Alguns dos principais pontos se referiam ao fim do feminicídio (que atinge mais as mulheres negras), bem como a investigação e punição dos responsáveis por essas mortes e pelos casos não letais de violência doméstica. Exigiu-se o fim da violência simbólica que resulta do racismo e sexismo veiculados pelos meios de comunicação. Foram destacados ainda, as práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho, as violências cometidas contra mulheres encarceradas e durante as revistas em presídios, reivindicou-se o acesso à saúde de qualidade e a penalização da discriminação no atendimento dos serviços públicos. A regulamentação das terras quilombolas, a intolerância religiosa e o acesso efetivo à vida pública também foram pontos valorizados no Manifesto da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a violência e pelo Bem Viver.

11 Dados da plataforma “Mulheres Negras Decidem”, da Rede Umunna. Disponível em: <<http://mulheresnegrasdecidem.org/#diagnostico>>. Acesso em 27. mar. 2019.

A atuação feminista nas Redes Sociais de Internet possibilitou a eclosão de mobilizações massivas como a Primavera Feminista, ocupação das ruas e manifestações como as Marchas das Vadias, que deram maior visibilidade para as pautas feministas e a articulação em torno de candidaturas de mulheres para as eleições municipais de 2016 e nacionais de 2018. Devido ao baixo custo de uso das plataformas e sua rápida popularização, às RSI permitiram que candidatas feministas superassem a barreira da escassez de recursos financeiros para campanha (LIMA et al, 2018; COSTA, 2018).

No caso das mulheres negras não foi diferente. As possibilidades de articulação na internet foram fundamentais para o aumento de poder político dentro e fora dos circuitos feministas. Só no Rio de Janeiro, temos as campanhas para o cargo de vereador nas eleições de 2016 de Marielle Franco, brutalmente assassinada em 2018, e Talíria Petrone, do PSOL. Com escassos recursos financeiros, elas conseguiram resultados inesperados: Marielle foi a quinta candidatura mais votada no Rio de Janeiro, com 46.502 e Talíria se elegeu em primeiro lugar em Niterói. Segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao todo foram 329 vereadoras negras eleitas no Brasil em 2016. O debate encaminhado pelas feministas negras na política representativa trouxe para o campo das demandas feministas a interseção com o racismo (COSTA, 2018, p.57).

Mazza (2018) destaca que a ascensão da mobilização em torno de candidaturas femininas chamou a atenção dos meios de comunicação que destacaram o que foi chamado do “Efeito Marielle”, isto é, a luta de Marielle Franco ajudou na inspiração e organização do movimento de mulheres, principalmente de mulheres negras, na defesa de seu legado e na indignação contra seu assassinato e a falta de solução pelas autoridades policiais. O maior volume de candidatas negras resultou em um aumento de 38% de candidatas eleitas na eleição de 2018. Mesmo assim, persiste uma grande desigualdade na representação de raça e gênero que segue bastante alta nos quadros políticos brasileiros: na Câmara dos Deputados, o percentual de deputadas federais negras corresponde somente à 2,5%.

ATIVISMO DIGITAL, IDENTIDADES E DISPUTA DE NARRATIVAS

Como visto acima, as RSI se tornaram uma importante ferramenta na ação política contemporânea. Os efeitos políticos do ativismo online começam a ser sentidos a partir das jornadas de Junho de 2013, quando milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra as mais diferentes mazelas que atingem a população brasileira, como transporte público, saúde, educação de qualidade, entre outros.

A polarização política expressa nas eleições de 2014, e principalmente a mobilização de grupos de direita em favor do impeachment de Dilma Rousseff, nos anos de 2015 e 2016, trouxeram para a cena política grupos como o Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua (PENTEADO; LERNER, 2018), que passaram a fazer parte das disputas políticas e ocupar cargos políticos no Legislativo.

No campo progressista, além da mobilização feminista, se destacaram a atuação do Movimento Independente Mães de Maio, união de mães e familiares das vítimas diretas da violência estatal ocorrida no Estado de São Paulo em 2006 (SILVA; DARA, 2015), a articulação em defesa de Rafael Braga, único preso em decorrência das jornadas de junho de 2013 por portar uma garrafa de produto para limpeza (OLIVEIRA; DOTTA; JACINO, 2017), e do Movimento Secundarista entre os anos de 2015 e 2016, que lutava contra o fechamento de escolas estaduais (CARNEIRO, 2017).

A teoria sobre movimentos sociais apresenta diferentes abordagens e paradigmas: teoria da mobilização de recursos, teoria da mobilização política, teorias marxistas, teoria dos novos movimentos sociais (GOHN, 1997), redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006), teoria do conflito político (MCADAMS; TILLY, 2009) e mais recentemente a teoria da ação conectiva (BENNETT; SAGERBERG, 2012).

A expansão da internet, principalmente pelo uso de smartphones e por meio de interações em plataformas de mídias sociais, permitiu a emergência de uma nova lógica da ação coletiva: a lógica da ação conectiva. De modo geral, a lógica tradicional da ação coletiva exige a formação de uma organização como dispositivo para articular a participação coletiva, é necessário ainda estabelecer uma identidade social, mobilizar recursos físicos e financeiros e exercer pressão política. Já a lógica da ação conectiva possibilita que as pessoas se organizem individualmente por meio das tecnologias de conexão digital, superando os dilemas organizacionais de mobilização de recursos. Assim, a ação conectiva permite que os usuários de RSI se mobilizem em torno de frames personalizados e a formação de redes de ação online (BENNETT; SAGERBERG, 2012).

Contudo, como Gerbaudo (2014) aponta, apesar de as tecnologias digitais permitirem a mobilização de usuários de forma individualizada, seus estudos sobre as mobilizações online dos Los Indignados na Espanha em 2011 e do Occupy Wall Street, indicam que a identidade ainda é um elemento central na mobilização do ativismo. Portanto, neste estudo foi utilizada a abordagem da ação conectiva em torno da identidade da mulher negra brasileira, que se utilizou das plataformas de mídias sociais, nesse caso do Twitter, para participar da luta e da mobilização feminista em torno de Marielle Franco.

As identidades são aspectos culturais adquiridos ou atribuídos a partir de diferentes tipos e pertencimentos, que podem estar relacionados a um território, faixa etária, grupo étnico, grupos de interesse, entre outros. A ação de grupos identitários promove uma relação de reflexividade, uma vez que os sujeitos constroem sentidos a partir das ações e demandas pautadas no agir coletivo (GOHN, 2017). Esses grupos, como coletivos feministas e de mulheres negras, se apropriam das ferramentas da internet, como as plataformas de mídias sociais, para a defesa de suas causas, promover mudanças na sociedade e resistir às instituições políticas quando essas se mostram “injustas, imorais e, em última instância, ilegítimas” (CASTELLS, 2009, p. 394, tradução nossa).

A reação nas mídias sociais pela morte de Marielle Franco foi fundamental para marcar sua importância simbólica e a dos segmentos que a vereadora representava (LGBTQTQI+, negros, mulheres, periféricos) no atual cenário, na reivindicação na participação no campo institucional e na esfera pública de debate, bem como a desestigmatização das diferenças raciais, sexuais, de gênero etc. Como citado acima, houve uma forte disputa simbólica entre grupos ideologicamente oponentes em torno da narrativa.

de vida e morte de Marielle. Surgiram inúmeras narrativas que visaram desqualificar a vereadora alegando que ela mantinha relações com o crime organizado, que defendia bandidos e que sua morte seria fruto dessas relações. Esse tipo de narrativa encontra amparo na lógica punitivista da sociedade brasileira, que se volta quase sempre contra negros e pobres, da qual a morte violenta é justificável, portanto, não passível de lamentação (MARTINS, 1995) e assim reforça a estigmatização de grupos sociais subalternos de acordo com os parâmetros de legitimidade definidos pelos grupos hegemônicos (BUTLER, 2015).

As ferramentas de mídias sociais, apropriadas e manuseadas por coletividades subalternas, têm oferecido a esses segmentos não apenas maior e mais diversificado espaço de produção discursiva, mas também maior pluralidade de agentes sociais com potencial de “serem lidos, vistos e ouvidos” (LIMA et al, 2017, p. 9). Dessa forma, tais grupos conseguem “gerar, compartilhar e dar visibilidade a perspectivas próprias sobre suas experiências de vida” e ainda agir no sentido de “manifestar sua contrariedade pelo modo como são comumente representados e contestar estereótipos e discursos que deformam” e os marcam negativamente (LIMA et al, 2017, p. 23).

As narrativas geradas e difundidas por tais grupos, correspondem ao que Stuart Hall chama, ao analisar os segmentos negros, de “estratégias de transcodificação”. Estratégias que consistem em disputar a representação racial, a partir da contestação dos estereótipos por meio da positivação da imagem e aspectos da subjetividade de pessoas negras e vêm sendo praticadas desde a década de 1960 “quando as questões de representação e poder adquiriram centralidade na política contra o racismo e em outros movimentos sociais” (HALL, 2016, p. 212).

As estratégias de transcodificação são potencializadas ao se imbricarem com as manifestações nas mídias sociais. A Análise de Redes Sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. Para estudar essas redes, no entanto, é preciso também estudar seus elementos e seus processos dinâmicos (RECUERO, 2009, p. 24), compreender a formação de comunidades (clusters em RSI) como uma estratégia de resistência (NOBLE; SENFT, 2013) e o agrupamento a partir de frames (no caso deste estudo, de hashtags) de uma identidade compartilhada dos membros das comunidades que reivindicam inclusão e coletividade (BOYD, 2010).

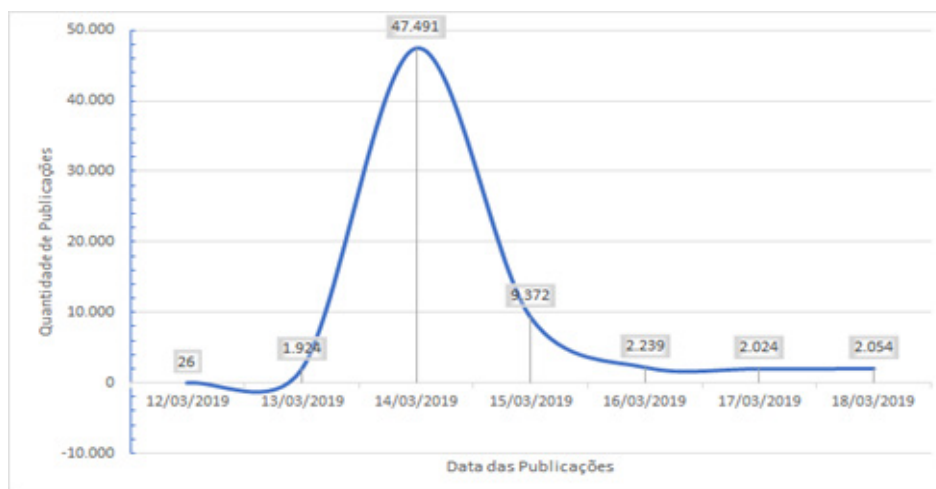
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os tweets coletados entre os dias 12¹² e 18 de março de 2019 geraram um total de 65.220¹³ manifestações, com 39.290 usuários únicos, tendo o pico de conteúdo no dia 14 de março de 2019, data que marca o um ano do assassinato de Marielle Franco, conforme demonstra o Gráfico 1.

¹² A coleta do dia 12 foi apenas um piloto para teste da ferramenta. Portanto, seu corpus representa uma pequena parcela do todo.

¹³ Valor amostral.

GRÁFICO 1: PUBLICAÇÕES POR DATA



Fonte: Elaboração dos autores

A rede foi gerada a partir da métrica de perfis mais mencionados, com layout DrL, nó definido por grau de entrada¹⁴ ; diâmetro¹⁵ : 26; densidade¹⁶ : 0.000161; reciprocidade¹⁷ : 0.006216¹⁸; centralização¹⁹ : 0.077560; e modularidade : 0.790500. Dessa forma, temos uma rede, conforme a Figura 1, extensa e descentralizada, com pouca conexão entre os nós, com conversas unilaterais e com modularidade representativa, que ilustra a polarização política, na qual a disputa entre narrativas ocorre de forma clusterizada, representada em cinco grupos (clusters) que serão melhor descritos abaixo.

¹⁴ O grau de entrada representa a quantidade de vezes que determinado ator foi mencionado, por vezes usaremos no artigo o termo “menções” para se referir a essa métrica.

¹⁵ O diâmetro determina o tamanho da rede e a maior distância entre dois nós.

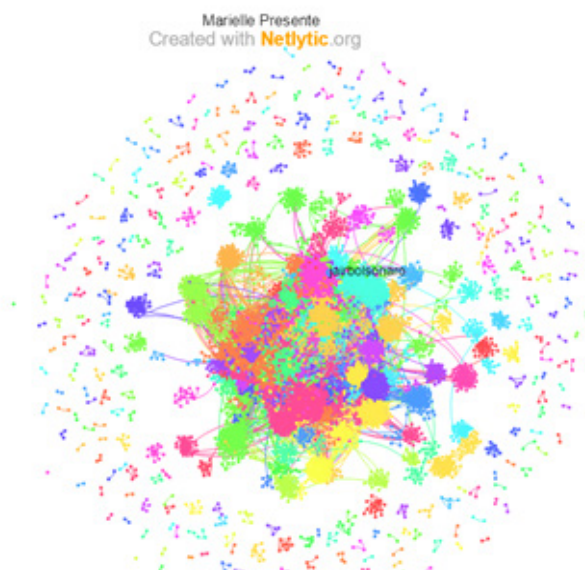
¹⁶ A densidade é a métrica que mede a proximidade possível entre os nós da rede, quanto mais próximos de 1 mais rápido é a possibilidade de uma informação circular na rede, quanto mais próximo de 0, a conexão entre outros nós da rede é quase inexistente

¹⁷ A reciprocidade trata da proporção de laços recíprocos, quanto maior o número maior a existência de conversas bilaterais e menor representa conversas unilaterais, ou seja, sem ida e volta

¹⁸ Quando o grau de centralização está mais próximo de 1 significa que alguns nós são centrais na discussão na rede, mais próximo de 0 significa que a rede é descentralizada e a informação circula mais livremente

¹⁹ A modularidade compreende verificar se os grupos (clusters) representam comunidades distintas na rede, valores altos significam divisões claras e valores baixos provavelmente tem um grupo central de nós

FIGURA 1: REDE INTEIRA

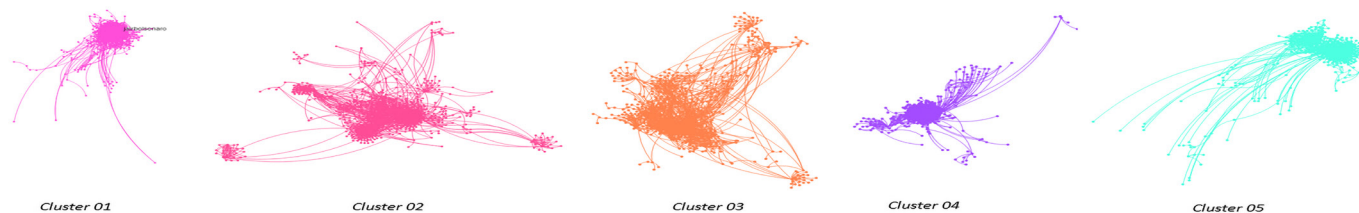


Fonte: Elaboração dos autores

Cluster 01: A Família Bolsonaro. Nesse cluster, melhor observado na Figura 2, encontramos como principal nó, a partir do grau de entrada, o perfil oficial do Presidente eleito Jair Bolsonaro (@jairbolsonaro), com 1.507 menções. Há ainda o perfil de seus filhos Eduardo Bolsonaro (@bolsonarosp) e Flávio Bolsonaro (@flaviobolsonaro), com 52 e 40 de grau de entrada respectivamente. Destacam-se ainda o perfil da advogada mexicano-americana, feminista e ativista pelos Direitos Humanos na Anistia Erika Guevara-Rosas (@erikaguevarar) e o da Prefeita de Barcelona, Ada Colau (@AdaColau), que recebeu diversos retweets (RT's) com o conteúdo onde menciona o Presidente eleito Jair Bolsonaro dizendo que Marielle o tirará do poder. As conversas nesse cluster ficam por conta da cobrança de posicionamento do Presidente, comentários que afirmam que Flávio Bolsonaro foi o mandante do assassinato de Marielle e comentários para “lembrar” Eduardo Bolsonaro quem foi Marielle Franco, pois o deputado afirmou dias antes que ninguém a conhecia antes do assassinato.²⁰

²⁰ mandante do assassinato de Marielle e comentários para “lembrar” Eduardo Bolsonaro quem foi Marielle Franco, pois o deputado afirmou dias antes que ninguém a conhecia antes do assassinato .

FIGURA 2: OS PRINCIPAIS CLUSTERS



Fonte: Elaboração dos autores

Cluster 02: Os políticos e veículos de comunicação aliados. Nesse cluster, temos como destaque por grau de entrada o perfil dos políticos colegas de partido de Marielle (PSOL), amigos pessoais e colegas de outros partidos. Encontramos nomes como Taliria Petrone (@talriapetrone), Marcelo Freixo (@marcelofreixo), Aurea Carolina (@aureacarolinax), Benedita da Silva (@dasilvabenedita) e Ivan Moraes (@ivanmoraesfilho), com 277, 145, 69, 60 e 31 de grau de entrada, respectivamente. Há ainda outros nomes da política brasileira, como Guilherme Boulos, Maria do Rosário, Jandira Feghali, Tabata Amaral e Renata Souza. Destacam-se ainda o veículo de comunicação Mídia Ninja (@midianinja), com 419 menções, e o fotógrafo responsável pelas principais fotografias de atos pró Marielle na cidade do Rio de Janeiro, Pedro Henrique Rocha (@pedhenrocha), com 112 de grau de entrada. Outros veículos também aparecem nesse cluster, como G1 e Brasil de Fato. Observamos ainda uma pequena comunidade internacional encabeçado pelo perfil La Internacional Feminista (@NosotrasParamos), da qual as conversas permeiam entre homenagens à Marielle e cobranças sobre a resolução do caso

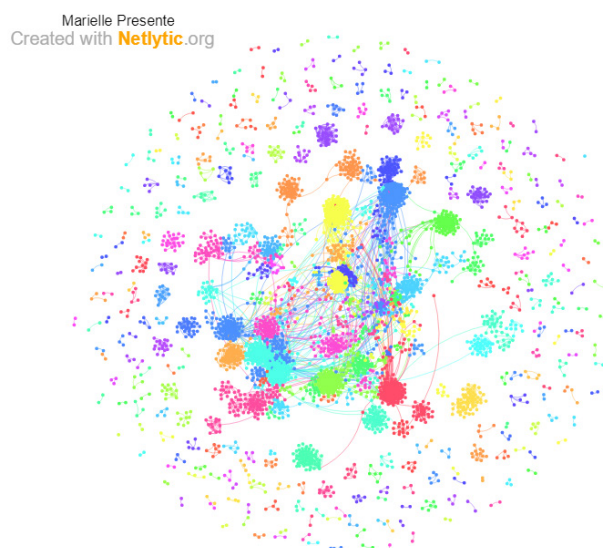
Cluster 03: A mídia, peculiaridades e controvérsias. O ator José de Abreu (@zehdeabreu) se destaca nessa comunidade, com 326 menções. No começo de 2019, como uma forma de protesto, o ator se autoproclamou Presidente da República, por meio de sua conta no Twitter, e os usuários da plataforma aderiram ao ato, inclusive em relação ao seu engajamento no caso de Marielle Franco. Entre os mais mencionados, também observamos perfis relacionados aos aparelhos do estado como o Ministério da Justiça e Segurança Pública (@JusticaGovBR). Nesse cluster, encontra-se o outro membro da família Bolsonaro, Carlos Bolsonaro (@carlosbolsonaro), mais veículos de comunicação como UOL Notícias, Folha, IG, Jornal Nacional, Rede Globo, Brasil 247 e Carta Capital. A controvérsia fica por conta do vereador de São Paulo Fernando Holiday (@fernandoholiday), que se destaca no cluster com 54 menções, por um conteúdo que desmerece o pedido do vereador Eduardo Suplicy para a nomeação de uma praça com o nome de Marielle Franco; Holiday afirma que Marielle “foi uma vereadora extremista que defendia ideais perturbadores” (sic)²¹, e a partir do seu tweet ocorre uma extensa discussão sobre isso, todavia grande parte criticando a fala do vereador.

²¹ Disponível em: <<https://twitter.com/FernandoHoliday/status/1106361271128150016>>. Acesso em: 1 abr. 2019

Cluster 04: Marielle Presente. Nesse cluster, temos quase uma rede de ego, ou seja, uma rede construída em torno de Marielle Franco (@mariellefranco), com 925 menções. Aparecem ainda nesse cluster a filha de Marielle, Luyara Franco (@luyarafranco), com 40 de grau de entrada, e um perfil homônimo (@marielle_franco), mas que não tem nada com o caso, provavelmente marcado por engano, e ainda um pequeno Cluster de jornais italianos liderado pelo Osservatorio Diritti (@osservadiritti). As conversas nesse cluster representam diversas homenagens à Marielle, citações de seus discursos, matérias jornalísticas especiais e também exigências de respostas como partir de um único nó para observar suas conexões, em torno do perfil oficial de Marielle Franco (@o_mote “quem mandou matar Marielle?”. Grande parte das citações a Luyara Franco são RT’s dados ao canal de televisão MTV, que publicou a lembrança de seu discurso proferido em uma premiação do canal.

Cluster 05: Mônica Benício e os franceses. Nesse cluster, encontram-se o perfil de Mônica Benício (@monica_benicio), a viúva de Marielle, com 506 de grau de entrada. A Prefeita de Paris, Anne Hidalgo (@anne_hidalgo), com 68 menções, junto com o perfil oficial de Paris (@paris), com 39 de grau de entrada, e o perfil Autres Brésils (@autres_bresils), com 29 de grau de entrada, formam uma pequena comunidade francesa no cluster. Aparece também o perfil do ex-deputado Jean Willys (@jeanwyllys_real), com 60 de grau de entrada, e de Anielle Franco (@anielle_franco), irmã de Marielle, com 16 de grau de entrada. As conversas em torno de Mônica Benício a mencionam em relação à homenagem que Marielle Franco recebeu nos Estados Unidos e ainda muitos RT’s em seu único tweet com o conteúdo minimalista “#QuemmandoumatarMarielle” acompanhado de uma ilustração .²²

FIGURA 3: CLUSTERS MENORES



Fonte: Elaboração dos autores

²² Disponível em: <https://twitter.com/monica_benicio/status/1106202364351004673>. Acesso em: 1 abr. 2019.

De modo geral, as conversas giram em torno de homenagens, lembranças, materiais especiais, como reportagens e ilustrações, e cobrança sobre resoluções do crime. Não há, de modo significativo, um grupo com discurso de ódio e nem a presença massiva de bots, embora estes existam na rede, mas não causam interferência na narrativa. O que mais se aproxima de um discurso negativo é o tweet do vereador Fernando Holiday; todavia, grande parte das menções a partir dele é de críticas ao seu conteúdo, e não em concordância, conforme mencionado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marielle Franco teve uma trajetória política de destaque, embora tenha sido finalizada muito cedo em decorrência de sua morte. Sua vitória expressiva nas eleições de 2016, que surpreendeu a própria vereadora, reflete sua trajetória de militância junto à sua comunidade, sua atuação na Alerj como assessora parlamentar de Marcelo Freixo (PSOL), bem como os anseios dos grupos sociais que representava, como as mulheres, LGTBTTQIs, periféricos e negros. A vereadora representava a luta destes segmentos, tradicionalmente excluídos das arenas e espaços de decisão política.

Sua eleição foi um feito extraordinário num cenário onde ao lançarmos um olhar recortado por gênero, raça e classe vemos escancarar diante de nós as profundas desigualdades que persistem no viciado sistema político brasileiro. Uma estrutura que privilegia homens, brancos e classes abastadas ao, entre outros tantos fatores, distribuir desigualmente os recursos de campanha eleitoral. Tal feito foi possível graças, mas não somente, à utilização das Redes Sociais de Internet, das quais grupos subalternos têm feito uso bastante efetivo para expressar suas demandas no debate público e na disputa de narrativas que marcam suas existências, principalmente nas plataformas de Redes Sociais de Internet.

Marielle Franco, em sua última fala pública na Casa das Pretas no Rio de Janeiro, deu ênfase à importância de tratar de problemas sociais e políticos entendendo o indivíduo em suas particularidades e em comunhão com os grupos com os quais se identifica. Para Ribeiro (2017), a hierarquia imposta a esses grupos faz com que suas produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de forma subalterna, os forçando a permanecer em lugares de silêncio. Isso não significa, porém, que esses grupos não promovam organizações políticas, culturais e intelectuais, o que realmente cria o tensionamento é o quanto essas produções são visíveis (RIBEIRO, 2017). Nesse ponto, como procuramos mostrar nesse artigo, os dados alcançados mostram que a apropriação das plataformas de mídias sociais, no caso da plataforma Twitter, permitiu a propagação de protestos, solidariedade e informações a respeito do assassinato de Marielle como uma forma de grupos subalternos romperem a barreira do silêncio manifestando sua indignação, vivenciando um luto público e cobrando providências das autoridades policiais na resolução do caso.

No marco de um ano da morte de Marielle Franco a análise dos clusters obtidos de publicações feitas no Twitter revelou que órgãos de direitos humanos, veículos de comunicação e indivíduos de diversos países se manifestaram reproduzindo o que ocorreu no ano anterior quando a vereadora foi morta. Embora não tenham

surgido clusters específicos de mulheres ou mulheres negras, há nos cinco principais clusters números expressivos de mulheres e dentre elas, muitas que hoje ocupam cargos políticos demonstrando apoio e relembrando o importante papel de Marielle nas discussões institucionais, sobretudo as relacionadas às mulheres negras.

De modo geral, os clusters identificados são formados com relevante presença de veículos de comunicação (Mídia Ninja, G1, UOL, etc), perfis produtores ou propagadores de outros formatos de mensagem, como as fotografias e ilustrações e por menções a personalidades públicas, como políticos, artistas e ativistas. É possível perceber uma clusterização por região ou linguagem, como no caso de outros países que abordaram o assunto ou de brasileiros alocados, como no cluster do Coletivo Passarinho de Buenos Aires (Argentina).

A família Bolsonaro recebe a maior quantidade de menções, até mais que a própria Marielle. Possivelmente em decorrência dos desdobramentos das investigações sobre o assassinato da vereadora que levaram à prisão de dois ex Policiais Militares, apontados como milicianos, dois dias antes do marco de um ano da morte de Marielle, sendo que um dos detidos residia no mesmo condomínio da família Bolsonaro. Matérias como a do El País (O elo entre Flávio Bolsonaro e a milícia investigada pela morte de Marielle) publicada em 22 de janeiro de 2019, já especulavam sobre as relações entre a família do presidente e a milícia carioca que estaria por trás desse homicídio. Acreditamos que as prisões e as especulações que associavam a família Bolsonaro à morte de Marielle impactaram nas manifestações no marco de um ano, produzindo esse elevado número de menções observado no cluster.

Ao final do artigo, os dados permitem identificar que grupos específicos e movimentos sociais, como no caso em torno da morte de Marielle Franco, têm usado a amplitude de possibilidades das plataformas de mídias sociais para disputar narrativas, e cada conversa nesse contexto está envolta de negociações de poder (FREELON; MCILWAIN; CLARK, 2018) e da reivindicação do direito à voz das pessoas negras, que demandam o direito à própria vida (RIBEIRO, 2017).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Q. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. *Ciência e Cultura*, v. 70, n. 2, p. 9-12, 2018.

BASTOS, F.; GUERRA, L. Do acontecimento inesperado às ações conectivas: o impacto do assassinato de Marielle Franco. In: CONGRESSO DO INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM DEMOCRACIA DIGITAL, 1., Salvador, 2018. Anais... Salvador: Inctdd, 2018.

BORGES, J. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BOYD, D. Social network sites as networked publics: Affordances, dynamics, and implications. In: *A networked self*. Routledge, 2010. p. 47-66.

- BRAZIL, É. V.; SCHUMACHER, S. (Orgs.). *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CALEGARI, L. Quem era Marielle Franco, vereadora do PSOL, assassinada no RJ. *Exame*, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/quem-era-marielle-franco-vereadora-do-psol-assassinada-no-rj/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- CARBONARI, P. Quem foi Marielle Franco, a vereadora executada no Rio. *Superinteressante*, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/quem-foi-marielle-franco-a-vereadora-executada-no-rio/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- CASTELLS, M. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza, 2009.
- CARNEIRO, S. Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. *Comunicações*, v. 24, n. 2, p. 137-150, 2017.
- DIÓGENES, J. Marielle chega ao 1º lugar nos trending topics mundial do twitter nesta quinta. *O Estado de São Paulo*. 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,marielle-chega-ao-1-lugar-nos-trending-topics-mundial-do-twitter-nesta-quinta,70002228477>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- FONSECA, L. M. Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta. In SILVEIRA, S. A.; BRAGA, S.; PENTEADO, C. (Orgs.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- FRANCO, M. *UPP, a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2014.
- FRELON, D.; MCILWAIN, C.; CLARK, M. Quantifying the power and consequences of social media protest. *New Media & Society*, v. 20, n. 3, p. 990-1011, 2018.
- GANDRA, A. Mulheres negras se mobilizam para ampliar presença na política. *Agência Brasil*. 25 jul. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-07/mulheres-negras-se-mobilizam-para-ampliar-presenca-na-politica>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- GOHN, M. G. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. M. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2020.

GRUZD, A. Netlytic: Software for Automated Text and Social Network Analysis. 2016. [Software].

HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016.

IPEA. Atlas da Violência 2019. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

ITUASSU, A. et al. Campanhas online e democracia: uma proposta de pesquisa para as eleições de 2018 no Brasil. CONGRESSO DO INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM DEMOCRACIA DIGITAL, 1., Salvador, 2018. Anais... Salvador: Inctdd, 2018.

LEMOS, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LIMA, D. C.; SOUZA, P. R.; HOMMA, L. H. G. Narrativas midiáticas em disputa: Informação e contrainformação política no caso Claudia Silva Ferreira. Anais 41º Anual da ANPOCS. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt17-21/10755-narrativas-midiaticas-em-disputa-informacao-e-contrainformacao-politica-no-caso-claudia-silva-ferreira/file>. Acesso em 30 mar.2019.

LIMA, D. C.; SOUZA, P. R.; PENTEADO, C. L. C.; HOMMA, L. H. G. O efeito “primavera feminista” nas eleições municipais de São Paulo em 2016: candidaturas de feministas pelo PSOL. Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt11-16>. Acesso em 20.dez.2018.

OLIVEIRA, Taís; DOTTA, Silvia; JACINO, Ramatis. Redes de Solidariedade e Indignação na Internet: o caso “Liberdade para Rafael Braga”. Anais do 40º Encontro do Intercom. Curitiba, 2017.

MAZZA, Luigi. Mulher negra (não tão) presente. Piauí online, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mulher-negra-nao-tao-presente/>. Acesso em 27 mar.2019.

MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. In Feminismo e política. São Paulo, Boitempo, 2014.

NOBLE, Safiya U.; SENFT, Theresa. Race and social media. In: *The social media handbook*. Routledge, 2013. p. 115-133.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; LERNER, Celina. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. Em *Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.

PIMENTEL, Raul. Nascida na Maré e formada na PUC-Rio, Marielle Franco é a 5ª vereadora mais bem votada. *Jornal da PUC*, 21.10.2016. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?in-foid=4934&sid=47>. Acesso em 11.mar.2019

PORTAL G1 RIO. O que se sabe sobre as mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/24/o-que-se-sabe-sobre-as-mortes-de-marielle-franco-e-anderson-gomes.ghtml>. Acesso em 19.dez.2018.

PORTAL G1. Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contr-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>. Acesso em 19.dez.2018.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____, Raquel; BASTOS, Marco & ZAGO, Gabriela. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIOS, Flavia. *A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia*. In: *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Edusp, 2017.

SILVA, Débora Maria da; DARA, Danilo. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In KUCINSKI, Bernardo et al. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. 1ª ed. São Paulo. Boitempo Editorial, 2015.

TEIXEIRA, Juliana Cotting; FREITAS, Gustavo da Silva; HENNING, Paula Corrêa. Ocupações secundaristas através do facebook: Governamentalidade e heterotopia. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, [S.l.], v. 11, n. 33, p. 72-93, dez. 2018. ISSN 1982-6672. Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/aurora/article/view/37160>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

VEJA (Da Redação). As notícias sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco. 15.mar.2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/as-noticias-sobre-o-assassinato-da-vereadora-marielle-franco/>. Acesso em 12 mar.2019.